

Diversamente do que acontece na análise de adultos - na qual se analisa somente "os pais que cada um traz consigo" - na análise de crianças há de se relevar a relação de dependência que toda criança mantém com seus pais ou substitutos.

Deste dado de realidade decorrem várias questões com as quais o analista de crianças se defronta, salientando-se, entre elas: *que lugar os pais ocupam na análise de crianças?* São meros demandantes e pagantes da análise de seu filho? Participam ou não do trabalho analítico? Se participam, de que modo se dá essa participação - juntos com a criança ou separados? Se não participam, são simplesmente aliados do processo, ou são orientados ou, ainda, são encaminhados para sua própria análise?

Essas questões são abordadas no livro organizado pela psicanalista Ana Maria Sigal de Rosenberg, *O Lugar dos Pais na Psicanálise de Crianças*. Sigal reúne contribuições importantes advindas dela própria, bem como de outras psicanalistas (*), nesta obra que, a partir de fundamentação teórica, argumentos e relatos de casos clínicos, sustenta que *o trabalho com os pais é imprescindível na análise de crianças*.

A análise infantil

*Resenha de Ana Maria Sigal de Rosenberg (org.),
O Lugar dos Pais na Psicanálise de Crianças, São Paulo, Editora Escuta Ltda., 1994, 155 p.*

Em todos os artigos, de modo mais ou menos explícito, torna-se evidente que decisões acerca das perguntas acima formuladas dependem da metapsicologia que embasa a prática analítica, ou seja, dependem da postura teórica do analista acerca da gênese e do desenvolvimento da psique, bem como de seu funcionamento normal e patológico.

Inerente a esta fundamentação, outras questões se colocam, como: onde se originam os sintomas na infância - nos pais ou no mundo intrapsíquico da criança? Na análise, lida-se com os pais reais, fantasmáticos ou simbólicos?

Esta problemática tem suas raízes na própria obra freudiana. Ao superar sua primeira teoria da sedução - na qual os pais reais figuravam como "os grandes corruptores de menores", tornando-se no principal fator etiológico da histeria - Freud introduz a noção de realidade psíquica.

Graças a esta grande descoberta, fundante da especificidade do saber psicanalítico, a psicanálise passou a lidar com os pais fantasmáticos, o que trouxe conseqüências para a prática clínica tanto com adultos quanto com crianças.

Na análise infantil, Melanie Klein levou esta postura às últimas conseqüências, sobretudo

quando, a partir da experiência clínica com adultos e crianças, formulou sua maneira própria de conceber o psiquismo.

Em tal concepção, no entendimento de Sigal, trata-se de um "sujeito constituído", isto é, "funcionando, desde o primeiro momento, a partir do interjogo de projeções e introjeções, e fazendo disto o processo de constituição de seu aparelho psíquico". Segundo Bleichmar, com um inconsciente existente desde o início, em seu conjunto, a constituição psíquica tem uma determinação endógena, na abordagem kleiniana.

Ao colocar todo o peso da constituição subjetiva no inato e no intrapsíquico, no entender de Sigal, Melanie Klein se priva "da possibilidade de compreender o papel do Outro na fundação do inconsciente e na estruturação da fantasia". Aqui parece residir a razão pela qual, durante tantos anos, na clínica kleiniana, "os pais eram mantidos longe do tratamento (...), tudo se tratava de mundo interno (...)" e a transferência dos pais com o analista era negada.

Acontece que, na clínica de crianças, como diz Kupfer, os pais "surgem com todo o vigor da realidade", realidade da qual partem duas vertentes.

Numa, os pais são sistematicamente encaminhados para análise, ao se pressupor uma relação simplista entre seu comportamento e o sintoma da criança, como Freud acreditava na sua primeira teoria da sedução.

Kupfer encontra em Lacan a possibilidade de superação teórica e clínica das práticas anteriormente referidas - a de alijar os pais do trabalho analítico e a de encaminhá-los para análise. Trata-se então, de incluí-los.

Na clínica de crianças, de acordo com Kupfer, a distinção das duas dimensões dos pais reais - a imaginária e a simbólica - pode ajudar o analista a entender a posição dos pais e integrá-los no tratamento, sem que se transforme em análise dos pais e sem que se perca o alvo do trabalho analítico com a criança.

A criança, diz a autora, está "amarrada" a seus pais reais, em termos de realidade, do imaginário social e de sua ação simbólica no estabelecimento da estrutura do sujeito. Nesse sentido, os pais reais não podem estar ausentes da análise da criança, sobretudo considerando-se que os pais imaginários participam na determinação dos sintomas infantis.

Para Kupfer, estas formulações teóricas ajudam a apontar para a necessidade de um espaço de escuta dos pais, que não se confunde com a análise deles. Trata-se, diz ela, de "um espaço no qual estão sendo oferecidas as chances de se proceder ao desmanche das amarrações". É quando "os pais reais poderão afastar-se, e apenas os simbólicos estarão agora presentes na análise daquela criança".

Sem menosprezar as contribuições da escola lacaniana na clínica de crianças, Sigal e Bleichmar refletem: se "o inconsciente é o discurso do Outro", ou seja, se, por se situar no lugar do Outro, a presença do inconsciente "deve

ser buscada em todo discurso, em sua enunciação (...)” e, se a criança é colocada como sintoma da mãe, do casal parental ou da família, a que se deve a análise na infância?

De acordo com ambas as autoras, existe um impasse colocado pela abordagem kleiniana, assim como pela lacanianiana, na análise de crianças. Se na vertente kleiniana inexistia espaço para o desejo dos pais no processo de formação do sujeito, nesta última, é o sujeito que parece não ter lugar de “admir para definir a singularidade de sua história”. Para Bleichmar, Lacan precipitou a clínica num “intersubjetivismo que desmantela as possibilidades operatórias da psicanálise de crianças na infância”.

A partir da obra freudiana e com base nas contribuições contemporâneas de Laplanche, Bleichmar postula uma superação do “endogenismo” (kleiniano) e do “intersubjetivismo” (laciano), defendendo que “entre o desejo-mensagem-discurso da mãe e o inconsciente infantil, um processo de desqualificação e metabólização se produziu”. Assim, na criança, a determinação sintomática adquire sua especificidade, justamente “nos interstícios do discurso parental, em sua correlação com o discurso da criança (...)”.

Consoante esta mesma orientação, Sigal acrescenta que, na formação do sujeito psíquico, “há processos de fundação que advêm do campo do Outro e há outros elementos que vêm do intrapsíquico”. Defende ponto de vista segundo o qual, as contribuições de Melanie Klein e as de Lacan devem ser relevadas, mas que se deve dar um passo adiante, tendo em vista a superação dos impasses que os dois enfoques colocam na clínica de crianças.

Nesta, em acordo com Sigal, há de se relevar que, se o inconsciente é atemporal, “o Eu, em sua constituição, bem como em seu funcionamento, não o é”. Neste caso, é preciso que o analista de crianças saiba discriminar o que é da ordem do sintoma e o que é próprio da etapa evolutiva da criança. Ainda, se na análise de adultos, através da transferência, o reprimido deve ressurgir, na análise de crianças, é preciso que se permita que “sobrevenha tudo aquilo que, por se tratar de sujeitos em formação, nunca teve curso no seu desenvolvimento”. Por isso, diz Sigal, é importante “suprimir o limite dentro-fora e trabalhar a permanente dialética do inter/intra-subjetivo, tanto na formação da subjetividade como na formação de sintomas”.

Postula que, na clínica de crianças, o tratamento é da criança e é com ela que fundamentalmente o analista deve trabalhar. No entanto, devido ao peso que o intersubjetivo tem no sintoma, muitas vezes, a fim de dar continuidade à análise da criança, é preciso que os pais sejam ouvidos - para que “algo também se modifique no inconsciente de um ou de ambos progenitores, ou algo de sua relação” - incluindo-os na sessão, juntos ou separados, com ou sem a criança, a fim de possibilitar aos pais o confronto com seus desejos e recalques, alcançando portanto, um “efeito analítico”.

Ao constatar que a transferência dos pais opera, Sigal propõe que ela seja processada no tratamento da criança e não fora dele.

Conforme diz a autora, “não se pode mandar os pais se analisarem como condição da análise de um filho. Se precisar(em) de análise, perceberá(ão) e a demandará(ão), a partir de um processo que se deflagra no espaço do tratamento da criança”. Desde o início do contrato analítico, os pais devem estar cientes de que estão assumindo um compromisso no qual eles estão implicados e por isso, “devem estar dispostos a participar e a se modificar”. O fato é que “uma criança se entrega a um processo analítico apenas quando está segura que este servirá a seus interesses”, conclui Sigal.

Como bem afirmam Siquier e Salzberg, na psicanálise de crianças, a complexa relação entre os pais e o filho está marcada pela “presença real dos pais”. Neste sentido, é impossível “isolar a criança de seus pais ou daqueles que sustentam e cumprem essa função”. Na verdade, “não se pode curar a criança da presença dos pais”.

Estas autoras consideram que as entrevistas preliminares devem permitir ao analista “comparar qual criança aparece no fantasma dos pais e quais pais no fantasma da criança (...)”. No decorrer do processo analítico da criança, entrevistas periódicas com os pais são úteis para que o analista possa relevar “o

timing de sua tolerância frente à mudança da criança”. O tratamento se torna imprevisível se os pais não suportarem que “a criança saia de uma posição rígida, fixa, porque sustenta uma problemática de um deles ou de ambos os pais”. Geralmente, a análise se interrompe, se o analista não conseguir trabalhar tanto com “a posição subjetiva da criança frente ao desejo parental de quem deverá se separar”, quanto com “a possibilidade de que os pais também modifiquem algo de seu fantasma frente à criança”.

Para finalizar, “incluir ou não os pais no tratamento de uma criança, trabalhar com a família, realizar entrevista de binômio, são opções conseqüentes de uma metapsicologia implícita em nossos atos clínicos (...)”, afirma Bleichmar.

(*) Bleichmar, Silvia, “Do discurso parental à especificidade sintomática na psicanálise de crianças”;

Kupfer, Maria Cristina, “Pais: melhor não tê-los”;

Rosenberg, Ana Maria Sigal, “A constituição do sujeito e o lugar dos pais na análise de crianças”;

Salzberg, Beatriz & Siquier, Maria Luisa, “A difícil articulação pais-filhos na análise de crianças”.

Maria Lúcia Violante é
docente do Núcleo de
Pesquisas em Psicanálise do
Programa de Estudos
Pós-Graduados - PUC/SP.